

# COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Concurso Público para Provimento de Cargos de

## ANALISTA – PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO FINANCEIRA

P R O V A

Conhecimentos Específicos

Redação

### I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 50 questões de múltipla escolha, numeradas de 1 a 50.
  - contém 2 temas de redação.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.
- redigir a redação no espaço reservado para rascunho.
- passar a redação a limpo, na Folha de Redação, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Redação.
- Em nenhuma hipótese o rascunho da redação será corrigido.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**  
**CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA**

1. As peças de reposição de equipamentos que possuam disponibilidade normal no mercado, vida útil e valor econômico não vinculados à vida útil e ao valor econômico do equipamento original devem ser classificadas como

- (A) Despesa de Capital.
- (B) Estoques.
- (C) Depreciação.
- (D) Imobilizado.
- (E) Despesa Operacional.

2. São classificados como custos primários

- (A) matéria-prima e componentes adquiridos.
- (B) custos diretos e indiretos.
- (C) mão-de-obra direta e indireta.
- (D) matéria-prima e depreciações.
- (E) mão-de-obra direta e matéria-prima.

3. O aumento do Capital Social com utilização de saldos de Reservas de Lucros e Lucros/Prejuízos Acumulados é

- (A) um aumento das origens do capital circulante líquido.
- (B) considerado uma entrada de recursos no fluxo de caixa indireto.
- (C) demonstrado na Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados.
- (D) uma entrada de recurso que aumenta o total do Patrimônio Líquido.
- (E) evidenciado na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

4. O consumo de ativos ligado direta ou indiretamente à obtenção da receita é denominado

- (A) investimento.
- (B) perda.
- (C) desembolso.
- (D) despesa.
- (E) custo de absorção.

5. São alternativas para avaliar ativos a valores de saída:

- (A) fluxo de caixa descontado e valor de liquidação.
- (B) valor líquido de realização e custo corrente.
- (C) custo histórico corrigido e valor de liquidação.
- (D) custo de reposição e fluxo de caixa descontado.
- (E) custo histórico e custo histórico corrigido.

6. Uma determinada empresa realiza uma operação de aquisição de 15.000.000 ações de sua própria emissão. Esse evento contábil deverá ser

- (A) explicitado no relatório do Conselho de Administração, justificando o objetivo da operação, sem a necessidade de destaque para espécie e classe das ações.
- (B) contabilizado a crédito de conta de reserva, criada especificadamente para este fim e avaliada para efeito de registro com base na última cotação em balcão.
- (C) evidenciado em notas explicativas indicando o custo médio ponderado de aquisição, bem como os custos mínimos e máximos.
- (D) considerado para registro contábil como um retorno de capital e contabilizado a crédito de conta de reserva própria, criada especificadamente para este fim.
- (E) evidenciado apenas no relatório do Conselho de Administração, indicando o custo médio ponderado de aquisição, bem como os custos mínimos e máximos.

Instruções: Utilize as informações a seguir para responder às questões de números 7 e 8.

I. Os registros contábeis da Cia Miramar, empresa de capital aberto, acusam uma operação de financiamento de importação de máquinas, contratada em 01.07.20x0 no valor de US\$ 10.000.000, pelo prazo de 10 anos, carência de 5 anos e juros semestrais de 3% a.s. pagáveis no último dia útil do mês de vencimento.

II. A flutuação do dólar de 01.07.20x0 a 31.12.20x1 foi:

01.07.20x0	30.09.20x0	31.12.20x0	31.03.20x1
1,00	1,20	1,20	1,50

7. Na elaboração da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos da empresa em 31.12.20x0, o procedimento técnico utilizado quanto ao valor a ser registrado na rubrica Despesas de Correção Cambial será:

- (A) a adição do valor dessa correção cambial ao resultado contábil apurado, ajustando-o, para a efetiva identificação do efeito gerado pelo resultado da empresa na apuração das origens/aplicações de recursos do período.
- (B) a evidenciação do valor da atualização do saldo devedor apenas em notas explicativas complementares, uma vez que a correção cambial não altera os itens circulantes do balanço patrimonial e, portanto, não gera efeito sobre o Passivo Circulante.
- (C) considerar apenas o valor do resultado líquido, apresentado na Demonstração de Resultado do Exercício do período, para apurar o impacto do resultado do exercício nas origens/aplicações de recursos do período examinado.
- (D) verificar se os cálculos da variação cambial correspondem efetivamente à flutuação da moeda ocorrida no período examinado, uma vez que a ocorrência dessa despesa não altera em nenhuma hipótese o Capital Circulante Líquido.
- (E) a dedução do efeito da flutuação da moeda do resultado líquido apurado no período examinado, tendo em vista que a contrapartida da correção cambial é feita no exigível de longo prazo, não afetando o Capital Circulante Líquido.

8. Os juros incidentes no contrato de financiamento devem ser

- (A) mensalmente calculados e debitados em conta de despesa e creditados em conta do passivo circulante.
- (B) reconhecidos como despesas financeiras apenas no momento em que forem efetivamente pagos.
- (C) controlados em razão extra-contábil e registrados somente na ocasião em que ocorrer o efetivo pagamento.
- (D) registrados a competência do período, mesmo que não pagos, em conta do passivo exigível a longo prazo.
- (E) debitados mensalmente no ativo permanente em contrapartida da conta de despesas operacionais.

<p><b>Instruções:</b> Utilize as informações a seguir para responder às questões de números 9 e 10.</p> <p>A Cia Lance Alto, em 31.12.20x1, possuía em seus ativos uma máquina industrial cujo custo histórico era de R\$ 10 milhões e a respectiva depreciação acumulada correspondia a 80% desse valor. Em 02.01.20x2, ao registrar a reavaliação desse item, adiciona à conta de Máquinas e Equipamentos o valor de R\$15 milhões, de acordo com o laudo de avaliação, o qual também indica como vida útil remanescente do bem em questão 5 anos.</p> <p>9. O valor a ser registrado como depreciação do ano de 20x2 seria:</p> <p>(A) R\$ 1.000.000 (B) R\$ 1.500.000 (C) R\$ 3.000.000 (D) R\$ 3.400.000 (E) R\$ 5.000.000</p>	<p>13. A distribuição de dividendos efetuada por companhia controlada ocasiona na controladora</p> <p>(A) o registro de uma conta corretiva do item Investimentos. (B) um aumento do resultado de equivalência patrimonial. (C) um acréscimo na participação societária. (D) uma receita operacional de ganhos com investimentos. (E) uma diminuição no item de investimentos permanentes.</p>
<p>10. Em 31.12.20x2, para registrar a reavaliação desse ativo, a empresa deve utilizar o procedimento contábil de</p> <p>(A) creditar a conta Reserva de Capital. (B) debitar a conta do Imobilizado. (C) creditar a conta Depreciação Acumulada. (D) debitar a conta de Reserva de Reavaliação. (E) creditar a conta Reserva de Lucros a Realizar.</p>	<p>14. Na elaboração das Demonstrações Consolidadas, o valor correspondente a resultados não realizados deve ser</p> <p>(A) lançado a crédito da conta Lucros/Prejuízos Acumulados. (B) estornado somente se decorrentes de operações realizadas pelas empresas controladas. (C) contabilizado como débito no Patrimônio Líquido e crédito de conta de Ativo. (D) evidenciado em notas explicativas, se identificado nos Ativos da controladora. (E) registrado em conta corretiva do Patrimônio Líquido e controlado extracontabilmente.</p>
<p>11. Identifique nas afirmações a seguir aquela que NÃO é verdadeira.</p> <p>(A) As modificações de critérios contábeis que resultarem em efeitos relevantes na apuração dos resultados da empresa deverão ser quantificadas e evidenciadas em notas explicativas. (B) A publicação da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido não é obrigatória pela Lei nº 6.404/76. (C) Todas as sociedades anônimas, independentemente de serem abertas ou fechadas, são obrigadas a elaborar e publicar a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos. (D) Correspondem a itens de redução do valor do Patrimônio Líquido os juros sobre o capital próprio, creditados ou pagos em um determinado período. (E) Do resultado positivo apurado em um exercício contábil, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.</p>	<p>15. A empresa Albatroz tem em seu parque industrial capacidade instalada para processar o equivalente a 4 toneladas de fertilizantes agrícolas ao mês. Esta capacidade, ao longo dos últimos 5 anos, tem se mostrado superior em 10% ao que regularmente a empresa processa. No último exercício, em virtude de uma anormal crise econômica no país no qual a empresa opera, sua produção tem sido 25% abaixo da sua capacidade instalada. Se a empresa opera com uma ociosidade de 25% em relação a sua capacidade instalada, pode-se concluir que 10% é a sua ociosidade normal e os 15% restantes é a sua capacidade ociosa excedente.</p> <p>Levando em consideração o que anteriormente foi exposto, a capacidade ociosa deve sofrer o seguinte tratamento contábil:</p> <p>(A) capacidade ociosa excedente deveria ser lançada diretamente ao resultado do período em uma despesa operacional. (B) capacidade ociosa normal deve ser lançada aos estoques para, posteriormente, ser apropriada ao Custo do Produto Vendido; a ociosidade excedente deve ser lançada a uma despesa não operacional no período em que ocorrer. (C) capacidade ociosa normal e capacidade ociosa excedente, por não estarem ligadas diretamente à produção de produtos, devem ser lançadas ao resultado do exercício, quando ocorrerem, em uma despesa não operacional. (D) capacidade ociosa excedente e a capacidade ociosa normal devem ser transferidas aos estoques de produtos acabados, para posteriormente serem apropriadas ao custo da produção vendida. (E) capacidade ociosa não é mensurada, não podendo ser lançada em estoques, custo da produção vendida ou despesas não operacionais.</p>
<p>12. A existência de ônus reais sobre os elementos dos ativos e de fatos contingentes, cujo valor ou probabilidade for de difícil mensuração, devem ser</p> <p>(A) evidenciados em notas explicativas. (B) controlados apenas de forma extra-contábil. (C) registrados como contas corretivas do PL. (D) contabilizados sempre nos itens de longo prazo. (E) identificados apenas em seu aspecto jurídico.</p>	

<p>16. De acordo com o pronunciamento IASB nº 21 – “Contabilização dos efeitos das mudanças nas taxas cambiais” – a forma utilizada para converter demonstrações financeiras está relacionada à classificação da empresa em “Entidade estrangeira” ou “Parte integrante das operações da Matriz”.</p> <p>Todas as alternativas abaixo fazem parte da referida classificação, EXCETO:</p> <p>(A) Mão de obra, materiais e outros custos de produção da operação estrangeira são predominantemente custos locais ou depende a operação estrangeira de produtos e serviços obtidos principalmente do país no qual a Matriz está localizada.</p> <p>(B) Há pouco inter-relacionamento entre as atividades do dia-a-dia da operação estrangeira e as da Matriz ou as transações inter-companhias com a Matriz representam uma alta proporção das atividades do dia-a-dia da operação estrangeira.</p> <p>(C) As atividades do dia-a-dia da operação estrangeira são financiadas principalmente pelas suas próprias operações ou os empréstimos locais dependem principalmente do financiamento proporcionado pela Matriz.</p> <p>(D) O mercado da operação estrangeira está principalmente fora do país da Matriz ou dentro dele.</p> <p>(E) As operações da filial estrangeira são administradas por pessoal nomeado pela Matriz ou a administração é feita por meio de pessoal local.</p>	<p>19. Uma empresa utiliza o Custeio por Absorção departamentalizado, onde os custos dos departamentos de serviços são alocados aos departamentos produtivos para posterior apropriação aos produtos produzidos. A empresa necessita, neste exercício, alterar seu critério de custeio de absorção para custeio direto. Se restar parte da produção em estoque, a alteração do critério de custeio implicará em apropriar ao custo do produto vendido</p> <p>(A) os custos diretos variáveis de fabricação, bem como os custos indiretos de fabricação fixos e variáveis.</p> <p>(B) os custos diretos variáveis, bem como os custos indiretos variáveis.</p> <p>(C) somente os custos diretos variáveis.</p> <p>(D) todos os custos diretos e indiretos de fabricação.</p> <p>(E) somente os custos indiretos variáveis.</p>
<p>17. Os estoques de produtos fungíveis são avaliados pelo</p> <p>(A) custo histórico de aquisição atualizado monetariamente.</p> <p>(B) valor de mercado.</p> <p>(C) custo padrão, sem inclusão das variações do padrão.</p> <p>(D) custo padrão, com a inclusão das variações do padrão.</p> <p>(E) valor histórico de formação menos fator de obsolescência.</p>	<p>20. A empresa Aliança, nos últimos 5 anos, vem acumulando prejuízos. A Administração, reunida elencou algumas razões que justificam esses prejuízos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– As decisões de preços são tomadas erroneamente em função de falha no fluxo de informações.</li> <li>– O processo produtivo gera alto grau de rejeitos.</li> <li>– A Diretoria toma decisões baseadas em informações desatualizadas.</li> </ul> <p>A Administração, verificando tais fatos, decidiu investir em uma completa reorganização nas áreas de vendas, de produção e financeira. Desta forma, contratou profissionais que propuseram uma completa modificação no fluxo de informações da empresa e alterações no processo produtivo.</p>
<p>18. Uma empresa está alterando seu custo de Real para Padrão. Esta alteração prende-se ao fato de a empresa acreditar que o custo Padrão gerencialmente aumenta sua capacidade de gestão dos custos fabris.</p> <p>As alterações de custo Real para custo Padrão levarão a empresa a evidenciar seus estoques</p> <p>(A) valorizados pelo custo Padrão, não guardando qualquer semelhança com o custo Real.</p> <p>(B) valorizados pelas medidas físicas determinadas pela engenharia fabril e valorizados monetariamente pela área financeira.</p> <p>(C) valorizados a custo Padrão juntamente com suas variações e terão o mesmo valor do que se estivessem valorizados a custo Real.</p> <p>(D) valorizados pelo custo Real, em razão do custo padrão não ser aplicado aos estoques.</p> <p>(E) valorizados pelo custo Padrão, que tendem a ser maiores do que os estoques valorizados a custo Real.</p>	<p>Os gastos incorridos com esta consultoria bem como os gastos advindos das alterações no fluxo de informações propostos pelos consultores devem receber o seguinte tratamento contábil:</p> <p>(A) lançados para resultado no momento que ocorrerem em razão da empresa já estar em funcionamento.</p> <p>(B) registrados no grupo de Investimentos e no Ativo Circulante.</p> <p>(C) contabilizados no Ativo Permanente e amortizados de acordo com a geração dos benefícios futuros.</p> <p>(D) apropriados no Ativo Realizável a Longo Prazo, pois tem características de longo prazo.</p> <p>(E) apropriados aos custos dos produtos vendidos no exercício em que forem gerados os gastos.</p>

<p>21. A empresa Morro Azul está inserida em uma economia inflacionária, onde preços e custos são reajustados de acordo com índices inflacionários.</p> <p>Recentemente, foram apresentados dois relatórios à Diretoria, os quais referiam-se ao mesmo período de apuração e traziam como principal característica a diferença no cálculo do Custo das Mercadorias Vendidas.</p> <p>Em análises efetuadas, verificou-se que a diferença referia-se ao critério utilizado para fazer as baixas dos materiais em estoque e sua respectiva apropriação ao Custo das Mercadorias Vendidas. O relatório produzido pela contabilidade de custo mostrava um Lucro Bruto maior do que o apresentado pela Controladoria. Levando-se em consideração que os preços de venda utilizados são os mesmos, o critério de apropriação dos materiais contábeis que gera o maior Lucro Bruto é:</p> <p>(A) UEPS.  (B) Médio ponderado móvel.  (C) Médio ponderado fixo.  (D) PEPS.  (E) Custeio de reposição.</p>	<p>24. No programa de auditoria para exames dos sistemas de PED, o auditor <u>NÃO</u> deverá considerar o exame</p> <p>(A) de segurança dos sistemas.  (B) da estrutura dos sistemas.  (C) da confiabilidade dos sistemas.  (D) da integração dos sistemas.  (E) da agilidade dos sistemas.</p>
<p>22. A empresa Vale Velho adquiriu estoques de produtos para serem revendidos no mercado local. Esses estoques foram contabilizados pelo seu valor de compra. Em função de uma forte alteração nas condições de mercado, devido ao ingresso de vários concorrentes, os estoques da empresa estão contabilizados acima do valor atual de mercado.</p> <p>Nessas condições, a empresa deveria proceder ao seguinte ajuste contábil:</p> <p>(A) lançar a diferença do preço de custo e o preço de mercado em uma conta redutora do grupo Estoques.  (B) não efetuar qualquer lançamento, aguardando a venda dos produtos para, então, realizar a perda.  (C) lançar a diferença entre custo ou mercado, dos dois o menor, para o grupo de Resultado de Exercícios Futuros.  (D) contatar os concorrentes com o objetivo de alterar o preço, de forma a eliminar as possíveis perdas.  (E) a empresa deveria devolver esses estoques aos fornecedores.</p>	<p>25. O auditor da CVM, ao analisar as demonstrações financeiras de uma companhia aberta, constatou que esta havia adquirido debêntures de sua própria emissão. Com relação às condições deste tipo de operação, está de acordo com os dispositivos da Lei nº 6.404/76:</p> <p>(A) valor superior ao nominal, divulgando o fato no relatório de administração e nas demonstrações contábeis.  (B) valor de mercado superior ao nominal, divulgando o fato em notas explicativas e nas demonstrações financeiras.  (C) valor nominal mais prêmio adicional, divulgando o fato no relatório de administração e nas demonstrações financeiras.  (D) valor igual ao nominal mais prêmio adicional, divulgando o fato no relatório de administração e nas demonstrações contábeis.  (E) valor inferior ao nominal, divulgando o fato no relatório de administração e nas demonstrações financeiras.</p>
<p>23. O auditor da CVM, ao efetuar fiscalização nas demonstrações financeiras do Banco Depósito S.A., constatou que o auditor responsável pelas demonstrações contábeis, objeto da fiscalização, possui parentesco em primeiro grau com o contador da empresa auditada. Nesse caso, para atender à Lei nº 6.404/76 e às normas da CVM, os trabalhos de auditoria serão considerados:</p> <p>(A) anuláveis.  (B) válidos.  (C) corretos.  (D) justificáveis.  (E) nulos.</p>	<p>26. A contabilidade pública diferencia-se da contabilidade empresarial por enfatizar</p> <p>(A) resultado econômico.  (B) restos a pagar.  (C) aspectos orçamentários.  (D) Patrimônio Líquido (Saldo Patrimonial).  (E) sistema compensado.</p> <p>27. O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, NÃO tem como um de seus objetivos permitir</p> <p>(A) o controle das transferências constitucionais negociadas.  (B) o registro contábil dos balancetes dos Estados, Municípios e Distrito Federal.  (C) o acompanhamento financeiro do orçamento em nível analítico.  (D) que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações dos Estado e Municípios a cada uma das suas operações realizadas.  (E) o acompanhamento físico do orçamento em nível analítico.</p>

Instruções para as questões de números 28 a 30.

Estas questões deverão ser respondidas atendendo ao indicado em cada uma delas, relacionado com os demonstrativos contábeis resultantes das operações a seguir:

Saldos iniciais: Bancos 30, Restos a Pagar 5, Dívida Fundada 20, Valores Nominais Emitidos 30, Contrapartida de Valores Emitidos 30, Saldo Patrimonial 5.

1. Orçamento aprovado para o exercício:

a) Receita Prevista	
Impostos	80
Operações de Crédito	<u>20</u>
	<u>100</u>
b) Despesa Fixada	
Pessoal	50
Material de Consumo	20
Amortização da Dívida	7
Encargos de Dívidas	<u>3</u>
	<u>80</u>

2. Arrecadação do Período: Impostos 90; Operações de Crédito previstas no orçamento pela colocação de Apólices 20; Operações de Crédito para atender insuficiência de tesouraria no valor de 7, sendo recebido o valor líquido de 4 após dedução dos encargos; e venda de material do almoxarifado pelo seu valor contábil 2. Total recebido de 116.

3. Despesa empenhada e liquidada no exercício: de pessoal 45, de material de consumo entregue ao almoxarifado 18, amortização da dívida fundada 7, encargos financeiros 3. Total empenhado e liquidado 73.

4. Da despesa liquidada deixou de ser pago no exercício o valor de 10 e foram retidas consignações no valor de 5, embora destas tenha sido recolhido às consignatórias o valor de 2 e resgatada a antecipação de receita 7. Total pago 64.

5. Recebido bem móvel por doação no valor de 6; corrigida a dívida fundada por 4, e consumido material de consumo do almoxarifado no valor de 13. Impostos encaminhados para cobrança executada 11.

28. Receita Extra-Orçamentária:

- (A) 5
- (B) 7
- (C) 10
- (D) 15
- (E) 22

29. Total do Balanço Patrimonial:

- (A) 102
- (B) 112
- (C) 122
- (D) 135
- (E) 145

30. Resultado Patrimonial:

- (A) 33
- (B) 40
- (C) 42
- (D) 45
- (E) 47

**ORÇAMENTO E FINANÇAS**

31. Deixam comercialmente de se submeter à Lei nº 4.320/64, relativamente ao aspecto orçamentário, por obrigar-se, nesse sentido, à Lei nº 6.404/76:

- (A) as empresas públicas.
- (B) as autarquias.
- (C) as fundações públicas.
- (D) os fundos especiais.
- (E) os órgãos autônomos.

Instruções para as questões 32 e 33.

Uma entidade de direito público apresentou no encerramento do exercício os seguintes valores: Créditos Fixados no orçamento 120, Créditos Adicionais Abertos 30, Créditos Anulados 5, Economia Orçamentária 15, Despesa Liquidada Paga 90, Despesa Liquidada a Pagar 30, Despesa Paga 90.

32. O total dos restos a pagar apurados no encerramento do exercício foi de:

- (A) 10
- (B) 20
- (C) 30
- (D) 40
- (E) 50

33. O valor dos restos a pagar não processados foi de:

- (A) 10
- (B) 20
- (C) 30
- (D) 40
- (E) 50

<p>34. A diferença positiva apurada no fim do exercício financeiro entre as disponibilidades acrescidas dos realizáveis financeiros e a dívida flutuante, subtraídos os créditos transferidos do período anterior e adicionadas as operações de crédito a realizar vinculadas a esses créditos transferidos, vem a ser o</p> <p>(A) resultado da execução orçamentária.</p> <p>(B) resultado do disponível.</p> <p>(C) resultado de previsão orçamentária.</p> <p>(D) superávit financeiro utilizável.</p> <p>(E) resultado patrimonial líquido.</p>	<p>38. Em sua concepção, aproxima-se do planejamento operacional</p> <p>(A) o Plano Plurianual.</p> <p>(B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>(C) o Orçamento Anual.</p> <p>(D) os programas subordinados a cada subfunção da classificação funcional.</p> <p>(E) os planos e programas gerais, setoriais e regionais presentes na Constituição.</p>
<p>35. A legislação de normas de Direito Financeiro que referenciou ordenadores de despesas de forma ampla e específica é</p> <p>(A) a Constituição Federal.</p> <p>(B) o Decreto-lei nº 200/67 (Reforma Administrativa Federal de 1967).</p> <p>(C) a Lei nº 4.320/67.</p> <p>(D) o Decreto Federal nº 93.872/96.</p> <p>(E) a Lei nº 101/200 (Lei de Responsabilidade Fiscal).</p>	<p>39. É transação que caracteriza o regime financeiro de caixa</p> <p>(A) o reconhecimento de um crédito tributário como variação patrimonial, após inscrito com dívida ativa para encaminhamento em cobrança executiva.</p> <p>(B) o reconhecimento de créditos não tributários como variação patrimonial, no vencimento.</p> <p>(C) o registro contábil das receitas patrimoniais para determinação dos devedores, objetivando-se fiscalizar sua efetiva arrecadação.</p> <p>(D) a receita orçamentária lançada, vencida ou não, reconhecida no resultado patrimonial.</p> <p>(E) a conversão de depósito (caução) em multa, pelo descumprimento de contrato de compra pelo vencedor da licitação.</p>
<p>36. A Constituição Federal, ao estabelecer que os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa, refere-se à destinação dos recursos</p> <p>(A) do superávit financeiro.</p> <p>(B) do excesso de arrecadação.</p> <p>(C) do saldo do orçamento.</p> <p>(D) da economia orçamentária.</p> <p>(E) do superávit da execução orçamentária.</p>	<p>40. O empenho é conceituado legalmente como ato emanado da autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição dele defluindo. A emissão da nota de empenho dele deflui e indica: o credor, a especificação e importância da despesa, bem como a posição do respectivo crédito orçamentário, excetuados os casos de pronto pagamento em regime de adiantamento. O empenho se consuma com a</p> <p>(A) assinatura do instrumento de contrato ou outro hábil para substituí-lo.</p> <p>(B) autorização do fornecimento ou da prestação.</p> <p>(C) liquidação da despesa.</p> <p>(D) ordem de pagamento exarada.</p> <p>(E) emissão de nota de empenho.</p>
<p>37. A elaboração do orçamento, objetivando uma ação integrada, articulada e racional, processa-se</p> <p>(A) de forma centralizada.</p> <p>(B) em sentido descendente e ascendente.</p> <p>(C) em sentido vertical e descendente.</p> <p>(D) em sentido essencialmente horizontal.</p> <p>(E) em sentido vertical ascendente.</p>	

<p>41. Tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, a liquidação da despesa objetiva a</p> <p>(A) exata classificação da despesa.</p> <p>(B) emissão da nota de empenho.</p> <p>(C) verificação do direito adquirido pelo credor.</p> <p>(D) certificação da entrega do material ou prestação do serviço ou encargo.</p> <p>(E) existência ou não do contrato, em se tratando de fornecimentos ou prestação de serviços.</p>	<p>45. A autorização de uma unidade orçamentária a uma unidade administrativa subordinada processar despesas orçamentárias denomina-se</p> <p>(A) destaque.</p> <p>(B) provisão.</p> <p>(C) repasse.</p> <p>(D) subrepasse.</p> <p>(E) suprimento de fundos.</p>
<p>42. Há dispensa de prévia autorização legislativa para a abertura por decreto-executivo ou por medida provisória, em se tratando de crédito</p> <p>(A) suplementar.</p> <p>(B) suplementar e especial.</p> <p>(C) suplementar e extraordinário.</p> <p>(D) extraordinário.</p> <p>(E) especial.</p>	<p>46. Exige “reconhecimento”, para os fins de seu processamento como “despesas de exercícios anteriores”,</p> <p>(A) os restos a pagar com prescrição interrompida.</p> <p>(B) os restos a pagar reclamados pelo credor após sua baixa contábil.</p> <p>(C) os restos a pagar prescritos a serem pagos por liberalidade da administração.</p> <p>(D) as despesas não processadas oportunamente, mas que deixaram saldo no respectivo crédito no exercício de sua execução.</p> <p>(E) o acolhimento por autoridade competente de despesas de utilidade pública e outras, não empenhadas no exercício anterior.</p>
<p>43. A soma do excesso de arrecadação que constou do balanço orçamentário do exercício foi de 50, incluindo excessos às operações de crédito autorizadas para créditos adicionais especiais, no valor de 10 e 10 de fundo especial aplicado nas respectivas despesas do exercício. No exercício também foi aberto um crédito extraordinário no valor de 10. Assim, o excesso de arrecadação que poderia ter sido utilizado nesse exercício seria de</p> <p>(A) 10</p> <p>(B) 20</p> <p>(C) 30</p> <p>(D) 40</p> <p>(E) 50</p>	<p>47. A LRF estabelece que não podem ser utilizados recursos públicos para socorrer instituições do SFN, salvo mediante lei específica. Essa restrição não se aplica à presunção de insolvência e outros riscos a cargo de fundos e ao BCB, em relação às operações</p> <p>(A) de redesconto e de empréstimos de prazo inferior a um ano calendário civil.</p> <p>(B) de desconto de títulos das instituições do SFN.</p> <p>(C) de empréstimos com garantia real.</p> <p>(D) ativas em geral.</p> <p>(E) passivas em geral.</p>
<p>44. A descentralização de recursos financeiros processa-se a partir</p> <p>(A) do superávit financeiro.</p> <p>(B) do excesso de arrecadação.</p> <p>(C) do suprimento de fundos.</p> <p>(D) da unidade de tesouraria.</p> <p>(E) dos destaques.</p>	

48. Considerando que as disponibilidades a serem aplicadas em despesas orçamentárias, segundo o artigo 43, § 1º, inciso I e § 2º da Lei nº 4.320/64, constituem-se na diferença positiva entre o ativo e o passivo financeiros, dela deduzido o valor dos créditos reabertos (§ 8º, art. 166 da CF c.c. art. 45 da Lei nº 4.320/64) e acrescido o valor das operações de crédito a realizar vinculadas a esses créditos reabertos. Considerando que a LRF, objetivando coibir déficits financeiros decorrentes da contração de obrigações de despesa a partir do primeiro quadrimestre do último ano de um mandato, estabeleceu em seu artigo 42, ser vedado contrair obrigações de despesas: a) que não possam ser pagas até 31/12 desse mandato; b) ou com parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem disponibilidade de caixa, deduzidos desta os encargos e despesas orçamentárias compromissados a pagar até essa data. Considerando, ainda, que o artigo 41 da LRF que continha em seu § 3º comando para cancelamento dos empenhos não liquidados e não inscritos em restos a pagar fossem cancelados foi integralmente vetado. A LRF, dessa forma, prescreveu para o equilíbrio entre a receita e a despesa, a adoção de uma política

- (A) indiscriminada de anulação de empenhos para sua não inscrição como restos a pagar.
- (B) de incremento da arrecadação.
- (C) de não empenhamento a partir do primeiro quadrimestre do último ano do mandato, de despesas, mesmo que já realizadas, quando excedessem às disponibilidades não comprometidas até 31 de dezembro.
- (D) de empenhamento no exercício subsequente das despesas já realizadas no exercício.
- (E) de contenção (limitação de empenho) de despesas.

49. As operações de crédito por antecipação de receita destinadas a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, realizadas a partir de 10 de janeiro, deverão ser resgatadas no próprio exercício até

- (A) 10 de dezembro.
- (B) 15 de dezembro.
- (C) 20 de dezembro.
- (D) 31 de dezembro.
- (E) o primeiro dia do segundo mês do exercício subsequente ao que foram realizadas.

50. Objetivam a utilização da dotação específica e no exercício em que a despesa foi fixada, não possa, de pronto, ser atendida por dotação específica do exercício seguinte, uma vez nela não contemplada

- (A) os créditos especiais reabertos.
- (B) os créditos extraordinários reabertos.
- (C) os créditos transferidos do exercício anterior.
- (D) os restos a pagar processados.
- (E) os restos a pagar não processados.

## REDAÇÃO

1. Escolha UMA das propostas abaixo apresentadas.
2. Exponha suas idéias sobre o tema escolhido.
3. A redação deve ter a extensão mínima de 30 linhas e máxima de 40, considerando-se letra de tamanho regular.

### PROPOSTA I

Num de seus contos mais irônicos, Machado de Assis afirma que os homens só se associam para que cada um proteja de modo mais eficaz seus interesses puramente particulares.

Concorda com a afirmação de Machado de Assis? Argumente, de modo claro e organizado, em favor da posição que você defende.

### PROPOSTA II

Imagine que você participou de uma reunião na qual se discutiu a seguinte pauta:

- diagnóstico das atuais condições em que opera o mercado acionário;
- prognóstico do comportamento do mercado nos próximos dias;
- medidas a serem tomadas, tendo em vista o interesse dos acionistas.

Escreva um **relatório**, destinado a seu superior, no qual você detalhe e circunstancie cada um dos elementos dessa pauta.

